

A reestruturação do Estado



**Faltam
formulações
estratégicas
para a
economia
brasileira**

O Estado-Desenvolvimentista começou a consolidar-se, no Brasil, ao longo dos anos 30. O contexto histórico que lhe deu origem foi o do colapso da economia primário-exportadora e a conseqüente intensificação do processo de industrialização por meio da substituição de importações. Nesta década e nas duas seguintes, ocorreram a centralização do processo decisório governamental e a intervenção estatal crescente na economia.

Neste sentido, a estruturação do Estado brasileiro voltou-se para o desenvolvimento econômico, atuando como seu indutor por meio do provimento de infra-estruturas e a produção de insumos básicos.

Para dar suporte à tendência descrita, foram criadas autarquias e empresas públicas, instâncias de planejamento, mecanismos sustentados no longo prazo para financiar os investimentos públicos e imposta uma forte liderança da União nas decisões de investimento. O apogeu do Estado-Desenvolvimentista ocorreu nos anos 70, quando o governo federal investiu pesadamente na consolidação das infra-estruturas de energia, transportes, telecomunicações e

saneamento, além de implementar planos ambiciosos para a produção estatal de insumos básicos, notadamente a de produtos siderúrgicos.

A derrocada do Estado-Desenvolvimentista configurou-se nos anos 80 e deveu-se, principalmente:

■ A exacerbação e o esgotamento do processo de substituição de importações, agravados pela recessão econômica prolongada, que evidenciaram as ineficiências do mode-

lo de industrialização induzida e protegida pelo Estado;

■ A crise do federalismo brasileiro, após cinco décadas de centralização, com o enfraquecimento fiscal da União e a inadequada repartição de responsabilidades entre os níveis de governo;

■ Aos impactos causados sobre o Estado, em termos de provimento de infra-estruturas e produção de insumos básicos, pelo colapso dos mecanismos de financiamento e dos sistemas de administração dos investimentos públicos;

■ À degradação das capacidades de planejamento e formulação de políticas públicas, principalmente da União.

Em consequência, acumularam-se ineficiências nas autarquias e empresas públicas e deterioraram-se as infra-estruturas implantadas nas décadas anteriores. O esgotamento do modelo de Estado Desenvolvimentista/Produtor/Centralizador, ficou patente em meados dos anos 80, quando emergiram duas questões cruciais em toda a sua crueza: a) a insuficiência de recursos para sustentação da máquina estatal; e b) o colapso no sistema de garantias às entidades estatais, uma vez que o Estado vinha avalizando o próprio Estado no processo de endividamento das suas empresas.

Doze anos de políticas econômicas voltadas exclusivamente para o curto prazo, na forma de tentativas frustradas de estabilização, provocaram o desaparecimento quase completo de formulações estratégicas para a economia brasileira. Neste sentido, ficaram praticamente excluídas da pauta de discussões, as propostas de papéis do Estado num novo ciclo de desenvolvimento do País, mais integrado à competitividade em escala mundial e menos dependente das reservas de mercado.

Em época de eleições gerais e dada a preocupante pobreza dos debates políticos, cabe lembrar quais as grandes questões estratégicas que deverão condicionar a reestruturação do Estado brasileiro:

■ A qualificação dos recursos humanos para dar sustentação ao de-

seenvolvimento, por meio de sistemas de educação básica e saúde pública voltados para o século 21;

■ O gerenciamento dos processos de ocupação territorial e de preservação ambiental, com ações coordenadas dos três níveis de governo, nas novas fronteiras agropecuárias e minerais, nas regiões metropolitanas e conurbações;

■ A recuperação e posterior expansão das infra-estruturas de transportes, energia, telecomunicações, irrigação e saneamento, por meio de parcerias com ou concessões ao setor privado;

■ A correção dos desequilíbrios regionais e sociais por meio da consolidação de um amplo mercado de consumo de massa, baseado na competitividade e ganhos de escala do setor privado;

■ O desenvolvimento científico-tecnológico e a integração competitiva da economia brasileira ao mercado mundial.

Impõe-se, portanto, a necessidade de substituir o pesado e ineficiente Estado Desenvolvimentista — Produtor — Centralizador, por um moderno e flexível Estado Estrategista/Parceiro/Descentralizador que, com maior funcionalidade, possa fazer frente aos complexos desafios deste final de século.

■ Josef Barat é membro do Conselho de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.